

lei antidrogas

LEI 131.343/2006

@beatriznamiestudies

artigos: ▶ art. 28: houve a despenalização (STF - deixou de ser co-
mo sanção a prisão).

- porte de droga pl consumo pessoal - usuário - realiza TCIP e é liberado da delegacia

- Único que não tem prisão, porém existem penas

- o delito de porte de drogas é capaz de gerar a reincidência

A conduta do porte de drogas foi apenas despenalizada pela lei 11.343, mas não descriminalizada.

§ 1º: está relacionado com a planta em si

↳ o parágrafo recebe o mesmo tratamento penal daquele previsto para o porte de drogas e destina-se às pessoas que plantam substância entorpe-
cente pl consumo pessoal.

• se a intenção for a venda ou entrega da droga pl terceiros, enquadra-se no art. 33, § 1º, II, que é equiparada ao tráfico de drogas.

OBS: Se o agente cultiva uma média ou grande quantidade de droga, superior ao necessário pl consumo pessoal, responde por tráfico (por equiparação).

• cultiva pequena quantidade: art. 33, § 3º

eventualmente

§ 2º: É cabível o princípio da insignificância ao delito de porte de entorpe-
cente?

↳ O reconhecimento do princípio da insignificância acarreta a atipicidade material da conduta. Para o seu reconhecimento, o Supremo Tribunal Fede-
ral traçou os seus 4 vetores:

I - mínima ofensividade da conduta do agente;

II - nenhuma periculosidade social da ação;

III - reduzido grau de reprovabilidade do comportamento

IV - relativa inexpressividade da lesão jurídica.

• para o STF não se aplica

• para o STF foi aplicado em alguns casos

penas: § 3º incisos II e III do caput: 5 meses

§ 4º reincidente - 10 meses

§ 6º: admoestação verbal e multa aqui são medidas coercitivas, não são penas.

* 1º aplica-se admoestação e depois a multa @beatriznamiestudies

essa admoestação é efetivada em audiência designada para esse fim, com a presença de advogado e MP. Caso o agente não compareça à admoestação verbal, o magistrado poderá aplicar a multa coercitiva descrita no art. 29.

↳ o não comparecimento não configura o crime de desobediência.

► art. 32: plantações ilícitas serão imediatamente destruídas pelo Delegado de Polícia na forma do art. 50-A.

↳ recolher quantidade suficiente pl exame pericial

• A CF é clara quando menciona que o proprietário que faz o uso ilícito de suas terras pl a cultura ilegal de plantas psicotrópicas ou para a exploração de trabalho escravo não fará jus a qualquer indenização e terá sua propriedade destinada à reforma agrária e programas de habitação popular.